

Shell não acredita na aprovação do monopólio

Aureliano não

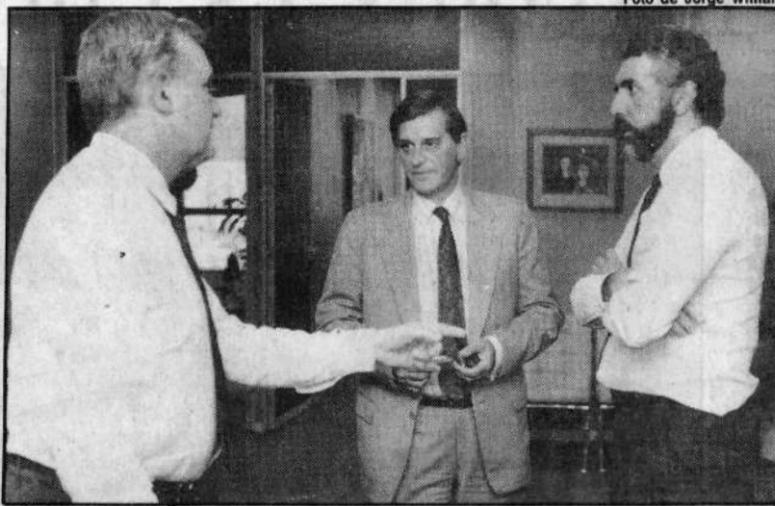
A Shell Brasil sairá do País se o plenário da Constituinte aprovar a emenda que restringe a distribuição de derivados de petróleo, disse ontem o Presidente da companhia, Robert Anthony Broughton. Ele acredita que a possibilidade da emenda constar da nova Constituição é bastante remota, mas mesmo assim a Shell pretende convencer os 559 constituintes a manter a participação das multinacionais na distribuição de combustíveis.

Broughton disse que a decisão da Comissão de Sistematização foi uma surpresa para as empresas distribuidoras pois, até então, a nacionalização da indústria de petróleo não havia sido debatida. Em sua opinião, a medida terá reflexos negativos tanto no País como no exterior, configurando um fator de inibição para os investimentos externos.

Além disso, Broughton afirmou que "se o Brasil não quer que uma empresa que atua no mercado brasileiro há 74 anos continue trabalhando, as pretensões da Petrobrás de trabalhar fora do Brasil, em áreas como o Mar do Norte, na Inglaterra, podem ser questionadas".

O Presidente da Shell fez questão de ressaltar que as críticas à emenda não significam que a empresa esteja discutindo a soberania da Constituinte. Mas lembrou que a capacidade tecnológica alcançada pela Petrobrás se deu com a participação internacional e, para ele, "é fundamental que a Petrobrás continue nesse caminho e que avance internacionalmente".

Uma das estratégias da Shell para convencer os constituintes, disse Broughton, será mostrar que a medi-



O Presidente da Shell, Robert Broughton (ao centro), com seus assessores

da não afeta somente as empresas estrangeiras, mas também as nacionais, já que existe uma previsão de completa monopolização da indústria.

Além disso, a Shell deverá usar junto aos constituintes as reações contrárias à medida demonstradas por empresários nacionais e estrangeiros. Broughton contou que, ontem pela manhã, recebeu seis telefonemas de multinacionais com manifestações de apoio à Shell. Além da solidariedade, os representantes dessas empresas, que ele não quis identificar, disseram que suas matrizes estavam bastante preocupadas.

De acordo com Broughton, a saída da Shell, que tem investimentos também na indústria química e em extração mineral, atingiria apenas a

parte de distribuição de derivados de petróleo, área na qual a empresa pretende investir, no próximo ano, US\$ 100 milhões (CZ\$ 5,8 bilhões) dos US\$ 150 milhões (CZ\$ 8,7 bilhões) programados.

Sobre o voto favorável à emenda dado pelo Senador Albano Franco (PMDB-SE), também Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Robert Broughton disse, em entrevista dada ontem na própria CNI, onde participou de um debate sobre energia, que as informações de que dispõe são de que vários membros da Comissão de Sistematização votaram a favor, achando que o voto do Senador fosse indicativo.

— Isto não é uma forma séria de se tratar um assunto dessa magnitude — concluiu.

na Comissão de Sistematização nos preocupa, mas não vamos tomar posições definitivas em um momento indefinido.

Segundo Berlefin, a Esso Brasileira de Petróleo — responsável pelo setor de distribuição do grupo Esso no Brasil — fez investimentos no País avaliados em US\$ 220 milhões nos últimos 75 anos. O faturamento da empresa no ano passado foi de US\$ 1,8 bilhão, com lucro líquido de US\$ 24 milhões. Os investimentos totais da Esso no País, incluídas a Exxon Química, distribuidora de solventes e produtos aditivos para lubrificantes, e a Solutec S/A, fabricante de lubrificantes, somam US\$ 2,1 bilhões. Berlefin lembra também que, entre 1972 e 1982, a companhia investiu US\$ 260 milhões em contratos de risco, através da Esso Prospecção Ltda.

Decreto-Lei de 1938 trata da distribuição

SÃO PAULO — A distribuição de derivados do Petróleo no Brasil só foi regulamentada em 1938, através de um Decreto-Lei. A Constituição, em vigor na época, conferia poderes ao Governo federal para autorizar, regular e controlar a importação, execução, exportação, transporte, distribuição e comércio de petróleo bruto e seus derivados, e ainda se pronunciar sobre o refino de petróleo independente da sua procedência.

Este mesmo Decreto criou o Conselho Nacional do Petróleo (CNP), organismo autônomo, mas subordinado diretamente à Presi-

dência da República. Em 1953, 15 anos depois, foi criada a Petrobrás Brasileira S. A. (Petrobrás).

Pelas finalidades que se propunha a empresa, alterou-se profundamente a legislação vigente e, consequentemente, a política nacional sobre o petróleo e derivados, instituindo-se o monopólio estatal desde a pesquisa até o transporte marítimo, passando pela refinação do petróleo de qualquer proveniência, deixando, porém, aberta a participação da iniciativa privada para a refinação e a importação pré-existentes e para a distribuição de derivados.

Atlantic diz que País já tem prejuízo

O Vice-Presidente da Atlantic, Ari Macedo, disse ontem que o Brasil já teve um grande prejuízo com o anúncio da possibilidade de ser nacionalizada a distribuição dos derivados de petróleo. Para Ari Macedo, mesmo que o plenário da Constituinte rejeite o texto da Comissão de Sistematização (hipótese que considera mais provável), já há um clima de insegurança para o investimento estrangeiro no País:

— Quem pensava em investir vai pensar pelo menos mais dez vezes depois deste lamentável episódio — afirmou Macedo, acrescentando que o País está "desprezando algo que, em nível mundial, está sendo disputado acirradamente inclusive por países socialistas, como a China e a União Soviética".

Macedo evita fazer qualquer análise sobre as consequências para as distribuidoras estrangeiras da decisão da Comissão de Sistematização.

Ele acredita que a emenda não passará no plenário. Contudo, comenta que empresas como a Atlantic, há 65 anos no Brasil, fizeram aqui investimentos altos e diversificaram suas atividades, gerando empregos e contribuindo para a modernização e o desenvolvimento do País.

O patrimônio da Atlantic no Brasil, incluindo a Empresa Carioca de Produtos Químicos e a rede de lojas de conveniência AM/PM, é estimado em US\$ 200 milhões (CZ\$ 11,6 bilhões), montante envolvido na compra do grupo por um consórcio de bancos liderado pela Arbi e pelo Banco Garantia.

O Presidente da Arbi, Daniel Birmann, disse que se o texto da Comissão de Sistematização for aprovada, haverá desemprego, fuga de investimentos, além de que qualquer plano do Governo na área social irá por água abaixo — afirmou Birmann.

Albano confirma que votou errado

O Presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), Senador Albano Franco (PMDB-SE), que votou a favor da emenda que transforma em atividade exclusiva da



Albano Franco

União, a distribuição dos derivados de petróleo, afirmou agiu equivocadamente. O Senador, que ontem participou da abertura da Conferência Empresarial sobre Investimento Pú-

blico, na sede da CNI, disse, ainda constrangido, que cometeu um erro na hora de votar, "porque era a hora que estava chegando ao plenário".

Albano Franco ressaltou que seu voto não influenciou no resultado final da Comissão de Sistematização, porque eram necessários apenas 47 votos para aprovar a emenda e 50 senadores deram seus votos aprovando-a.

— Das 500 votações da Constituinte, das mais de 300 de que participei até hoje, meu único equívoco foi esse. Foi lamentável, mas isso em nada alterou o resultado final da votação.

Esso não acha a estatização um bom caminho

O Presidente da Esso, William Arthur Jackson, fez circular ontem um comunicado aos funcionários no qual afirma que um eventual endosso da emenda aprovada pela Comissão de Sistematização pelo plenário da Constituinte vai significar a estatização da distribuição de derivados de petróleo no Brasil. Ressaltando que cabe à sociedade brasileira definir se deseja que empresas como a Esso operem no País, Jackson acentua que sua experiência de 23 anos de Esso leva-o a acreditar que a estatização não seja "um bom caminho para os que dependem da distribuição de derivados no Brasil".

Jackson acrescenta, na nota, que cabe às empresas mostrar aos constituintes os motivos que as levam a achar que o projeto deve ser eliminado. Em sua opinião, uma ação como esta não significa uma interfe-

rência na soberania nacional, mas um esclarecimento dos fatos ligados à distribuição, "mostrando a real contribuição de nossa empresa, para que possamos continuá-la, a exemplos dos últimos 75 anos no Brasil".

O Presidente da Esso termina a nota afirmando que esta é uma hora em que a empresa precisa do apoio e do talento de seus funcionários, tanto interna quanto externamente, e assina com seu apelido — Bill Jackson.

O Diretor de Assuntos Externos da Esso, Ademar Berlefin, afirmou que a empresa não está, no momento, cogitando das atitudes que virá a tomar caso a emenda seja aprovada em plenário:

— É difícil trabalhar sobre hipóteses. Estamos há 75 anos no País e gostaríamos de ficar por pelo menos mais 75. É evidente que o ocorrido

Bresser considera absurda decisão dos constituintes

BRASÍLIA — O Ministro da Fazenda, Luiz Carlos Bresser Pereira, classificou ontem como absurda a aprovação na Comissão de Sistematização do monopólio da União para a distribuição do petróleo, com a exploração restrita somente a empresas estatais ou empresas privadas com sede no País e com maioria de capital nacional.

Para Bresser, a decisão da Comissão de Sistematização, com base na emenda do Deputado Fernando Santana (PCB-BA), é um sinal negativo

para os investimentos estrangeiros no País. Ele ressaltou que a Assembléia Nacional Constituinte está realizando um trabalho sério, mas alguns pontos precisam ser modificados.

Segundo ele, a presença de empresas multinacionais na distribuição de derivados de petróleo em nada afeta a soberania nacional.

Se a nacionalização da distribuição dos derivados do petróleo for aprovada pelo plenário da Constituinte, a Shell, Esso, Atlantic e Hudson Petróleo, multinacionais do setor, serão

obrigadas a encerrar suas atividades no País. A Petrobrás detém mais de 30% da distribuição da gasolina, diesel, querosene e álcool. A estatal também detém quase 40% da distribuição de óleos combustíveis para navios e indústrias.

A Shell lidera, entre as empresas privadas, a distribuição de gasolina, diesel, querosene e álcool, concorrendo com três empresas nacionais: a estatal Petrobrás e as privadas Ipiranga e Cia.São Paulo de Distribuição.